Defesa Comercial: Medidas Compensatórias e de Salvaguarda na Rodada Doha

Carolina Pancotto Bohrer Munhoz

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar duas medidas de defesa comercial – as medidas compensatórias e das medidas de salvaguardas –, de acordo com a regulamentação atual na OMC, e tendo em vista a Rodada Doha e a Conferência Ministerial de Cancún. A análise procurará levar também em conta os interesses brasileiros no assunto, assim como o impacto das negociações ocorridas desde aquela conferência sobre o tema.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyse two commercial defense measures – countervailing measures and safeguard measures –, according with OMC's current regulation, and considering the Doha Round and Cancún Ministerial Conference. This analysis will seek to take into account brazilians's interests in this matter, as well as the impact of negotiations occurred since that Conference about the theme.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar dos tipos de medidas de defensa comercial – las medidas compensatorias y las medidas de salvaguardia –, de acuerdo a la actual reglamentación de la OMC, desde la perspectiva brindada por la Ronda Doha y la Conferencia Ministerial de Cancún. El análisis intentará, asimismo, llevar en consideración los intereses brasileños y el impacto de las negociaciones sobre el tema ocurridas desde aquella Conferencia.

1 INTRODUÇÃO

As medidas de defesa comercial são aquelas relacionadas com as políticas de defesa comercial adotadas pelos Estados em suas relações econômicas internacionais. Têm por objetivo

“proteger a indústria doméstica de um país contra importações de outros países quando estas importações causam dano aos produtores domésticos de um produto similar”.¹

Incluem-se entre elas as medidas antidumping,² as medidas contra subsídios ou medidas compensatórias,³ e as medidas de proteção emergencial contra importações, denominadas medidas de salvaguardas.⁴

O presente artigo pretende analisar as medidas compensatórias e as medidas de salvaguardas, de acordo com a regulamentação atual na Organização Mundial do Comércio (OMC), e tendo em vista a Rodada Doha e a Conferência Ministerial de Cancún. A

*Carolina Pancotto Bohrer
Munhoz*

Mestranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Relações Internacionais. Pesquisadora - bolsista CNPq.

¹ Thorstensen, 1995, p. 6.

² Art. VI do GATT, e II.1 do Acordo Antidumping. Ambos definem o dumping como sendo a introdução de um produto no comércio de outro país a preço inferior de seu valor normal. O art. VI, 1 prescreve que esta situação ocorrerá quando o preço de exportação for inferior ao

análise procurará levar em consideração os interesses brasileiros no assunto e o impacto das negociações ocorridas desde aquela conferência sobre o tema.

Para tanto, serão inicialmente apresentadas as principais características dessas medidas, destacando-se os pontos controversos suscitados tanto pela doutrina como pelos próprios Estados em razão de sua utilização pela OMC e seus Membros. Em seguida, partir-se-á para a avaliação do mandato de negociação estabelecido na Declaração Ministerial de Doha, assim como das propostas apresentadas pelos Membros em relação a estes temas. Também serão analisados, sob a ótica dos interesses brasileiros, os resultados obtidos na Conferência de Cancún no que tange às medidas de defesa comercial. Por fim, serão feitas algumas considerações finais.

2 OS SUBSÍDIOS E AS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

O subsídio pode ser definido como

“uma vantagem indevida, concedida pelo Estado, e que beneficia determinadas empresas ou setores. Sua condenação é fundamentada nas incorreções por ele induzidas no mercado, impedindo dessa forma uma melhor alocação de recursos e criando uma concorrência desleal.”⁵ O tema subsídios é dos mais polêmicos dentro do âmbito da OMC, conforme demonstra o histórico das rodadas de negociação passadas. Tanta polêmica é causada principalmente pelo alto teor político-ideológico nele contido, relacionado com a discussão sobre a necessidade de intervenção ou não do Estado na economia.⁶

A caracterização dos subsídios como incompatíveis com o livre comércio ficou estabelecida no artigo VI do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), mas apenas com o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC), negociado na Rodada Uruguai, é que se criou uma definição.⁷ Este Acordo traz ainda outras inovações importantes, como a definição do que seja dano grave, sua aplicabilidade a todos os subsídios, inclusive àqueles concedidos por subdivisões administrativas do Estado, além de fortalecer o aspecto procedimental de aplicação dos seus dispositivos.

Segundo o ASMC, um subsídio existe se reunir três condições básicas: ser concedido através de uma contribuição do governo;⁸ significar um benefício que é conferido a uma indústria;⁹ e, por fim, tal benefício deve ser específico a uma indústria ou setor determinado.¹⁰ Se por outro lado, conforme dispõe o artigo II.1 (b) do ASMC, o subsídio for acessível a empresas em geral através de critérios objetivos dentro de um determinado Estado será considerado não específico, e portanto legal de acordo com as normas da OMC.

O Acordo distingue três categorias de subsídios: proibidos (vermelhos), recorríveis (amarelos), e não-recorríveis (verdes).

Os subsídios proibidos são aqueles que fomentam as exportações¹¹ ou a substituição de produtos importados – art. III do ASMC. Os acionáveis são aqueles que causam dano ou grave prejuízo à indústria doméstica¹² – art. V. E os não-acionáveis são os subsídios não-específicos e os específicos que atendam às condições estabelecidas no Acordo¹³ – art. VIII.

Os subsídios acionáveis podem ser objeto das chamadas medidas compensatórias, que são uma forma de compensação dos danos causados ao país importador pela concessão de subsídios, de forma direta ou indireta, a produtos para exportação por parte do país exportador.¹⁴ É preciso que os subsídios causem danos à indústria doméstica do país importador. O objetivo das medidas compensatórias é, portanto, elidir os efeitos causados pelo subsídio na indústria do país importador.¹⁵

Os direitos compensatórios só podem ser impostos pelo país importador depois da realização de uma investigação, a ser conduzida de acordo com os dispositivos do ASMC.¹⁶ A investigação tem por objetivo determinar a existência, o grau e o efeito do alegado subsídio, e é iniciada após a solicitação feita pela indústria ou em seu nome, por

preço de consumo, no mercado exportador, de produto similar, nas condições normais de comércio. Comprovada a existência do dumping, do dano (ou ameaça de dano) à sua indústria doméstica, e o nexo causal entre ambos, o país importador poderá impor medidas antidumping sobre o produto importado. Estas se materializam com a cobrança de direitos antidumping, normalmente um percentual ad valorem sobre o produto importado. Cf Barral, 2002, p. 217.

³ Art. VI do GATT 1994.

⁴ Art. XIV do GATT 1994.

⁵ Barral, 1998, p. 371.

⁶ Tal conflito reflete os interesses divergentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Cf. Cherem, 2002, p. 233.

⁷ Na Rodada Tóquio (1973-79) foi negociado um Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, que procurava impedir a utilização de subsídios às exportações de produtos industriais, mas não regulamentava a utilização de subsídios domésticos, que também afetavam o comércio. Cf. Thorstensen, 2002, p. 133.

⁸ Por exemplo, através de uma transferência direta de fundos, como doações ou empréstimos; uma obrigação, como a garantia de um empréstimo; concessão de incentivos ou créditos fiscais; etc.

⁹ Benefício entendido como uma vantagem dada à empresa ou indústria, através de uma ação do governo, em termos mais vantajosos que a prática comercial do mercado. Cf. Thorstensen, 2002, p. 134.

¹⁰ Thorstensen, 2002, p. 133.

escrito.¹⁷ O dano¹⁸ causado à indústria doméstica deve estar relacionado ao subsídio concedido pelo país exportador, ou seja, deve haver umnexo causal entre ambos.

De acordo com o art. XIX, 1 e 2 do ASMC, a aplicação das medidas compensatórias depende da vontade do Estado importador, e, em tese, não podem ultrapassar o valor dos subsídios concedidos. Pelo contrário, o Acordo afirma ser desejável que o total do direito seja menor do que o do subsídio, se isso for suficiente para remover o dano causado à indústria doméstica.¹⁹ Elas devem permanecer em vigor apenas durante o período necessário para corrigir o subsídio que está causando o dano,²⁰ e durar no máximo cinco anos.²¹

Os Membros com menor desenvolvimento relativo e os em desenvolvimento são objeto de um tratamento específico e diferenciado, conforme dispõe o art. XXVII do ASMC. Este reconhece que os subsídios são importantes instrumentos dos quais dispõem os Estados para promover programas de fomento ao desenvolvimento econômico. Os subsídios classificados como proibidos são permitidos aos Membros em desenvolvimento elencados no Anexo II do ASMC e a outros Membros em desenvolvimento por um período de oito anos, contados a partir da entrada em vigor do Acordo constitutivo da OMC. Os subsídios acionáveis são permitidos pelo período de cinco anos para os países em desenvolvimento e por oito anos para os países de menor desenvolvimento relativo.

O ASMC criou um Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias,²² que fica à disposição dos Membros para qualquer consulta sobre questões relativas aos assuntos tratados no Acordo. O Comitê deve manter ainda um grupo de expertos,²³ composto por cinco especialistas, com função consultiva, para manifestar-se sobre a natureza de subsídios introduzidos ou mantidos pelos Membros da OMC.

Depois das medidas antidumping, as medidas compensatórias são as ações de defesa comercial mais utilizadas no âmbito da OMC.²⁴ Entretanto, sua utilização pode ser prejudicial aos objetivos do sistema multilateral de comércio, na medida em que passam a substituir as tarifas tradicionais e constituem outros tipos de barreiras ao comércio.

O fato de inexistir um consenso internacional quanto à definição exata de subsídios e à legitimidade de sua utilização em certas hipóteses também gera atritos quando o tema é levantado nas negociações da OMC. Estes atritos também são alimentados pelas posições conflitantes existentes entre os Membros desenvolvidos, que defendem o reforço das regras do ASMC, com vistas à eliminação progressiva dos subsídios e à imposição de medidas compensatórias mais duras, e a dos subdesenvolvidos, que querem a ampliação das exceções,²⁵ possibilitando a utilização dos subsídios como incentivo ao seu desenvolvimento.

Além disso, diversas críticas são feitas à própria natureza das medidas compensatórias. Uma delas aponta o fato das medidas constituírem uma distorção do comércio internacional tanto quanto os subsídios que elas visam combater e corrigir.²⁶ A principal crítica, todavia, é reservada ao fato de sua aplicação constituir a única alternativa existente para o país importador à concessão de subsídios. Na prática, o que ocorre na maioria das vezes é o acirramento das tensões em matéria comercial entre os Estados, ao invés da resolução do problema.²⁷

3 AS MEDIDAS DE SALVAGUARDAS

De maneira geral, o termo salvaguardas designa certos mecanismos que um país pode utilizar para combater qualquer espécie de importação que cause ou possa causar efeitos negativos a sua economia.²⁸ Ele engloba várias cláusulas e institutos do GATT 1994, entre elas as medidas de defesa comercial previstas no art. XIX, denominadas medidas de salvaguardas.²⁹

Neste sentido específico, as salvaguardas são definidas como um mecanismo a ser usado por um país importador, em caso de urgência e por tempo determinado, que

¹¹ Os subsídios às exportações de produtos agrícolas são permitidos, desde que respeitem os limites quantitativos traçados sob a égide do Acordo sobre Produtos Agrícolas, que rege a questão dos subsídios agrícolas.

¹² O art. VI do ASMC define o que seja grave prejuízo.

¹³ Enquadram-se nesta categoria o auxílio a atividades de pesquisa, o auxílio a regiões de menor desenvolvimento e o auxílio à adaptação de novas exigências ambientais.

¹⁴ Cardoso, 2003, p. 109.

¹⁵ O ASMC define medidas compensatórias como tributo especial aplicado em contrapartida a subsídios concedidos à manufatura, produção ou exportação de uma manufatura, art. X do ASMC.

¹⁶ Art. X do ASMC.

¹⁷ O art. XI.4 do ASMC exige que a reclamação escrita deva conter o apoio de indústrias que, juntas, detenham mais de 50% da produção do produto afetado pela concessão do subsídio.

¹⁸ O termo dano deve significar dano material a uma indústria doméstica, ameaça de dano material ou o retardamento material do estabelecimento de uma indústria. Cf. Thorstensen, 2002, p. 140.

¹⁹ Art. XIX.2 do ASMC.

²⁰ Art. XXI.1 do ASMC.

²¹ Art. XXI.3 do ASMC.

²² Art. XXIV do ASMC.

²³ Art. XXIV.3 do ASMC.

²⁴ Desde a criação da OMC, em 1995, até 2001, foram iniciadas 143 investigações de medidas compensatórias, a maioria pelos EUA – 58 – e a União Européia – 38. No mesmo período, foram iniciadas 1.845 ações antidumping, sendo 255 pelos EUA, 248 pela Índia e 246 pela União Européia. Cf. Baccheta & Jansen, 2003, p. 57-58.

²⁵ Thorstensen, 2002, p. 148.

²⁶ Trebilcock & Howse, 1999, p. 214.

²⁷ Barral, 1998, p. 381.

²⁸ Brogini, 2002, p. 251.

²⁹ O termo salvaguardas engloba também: a) as medidas de proteção à moralidade pública, à saúde e à preservação da vida, além de outras de mesma natureza (art. XX); b) as medidas necessárias para garantir a segurança nacional (art. XXI); c) os pedidos de suspensão do cumprimento de obrigações – os waivers (art. XXV); d) as cláusulas de renegociação das concessões (art. XXVIII); e) as medidas para

permite a suspensão das concessões tarifárias para um produto específico, ou ainda a limitação quantitativa de sua entrada, no caso de estar ocorrendo um aumento brusco e repentino nas importações do mesmo, que não pode ser suportado materialmente pela indústria nacional.³⁰

Ao contrário dos direitos antidumping e das medidas compensatórias, impostas sobre práticas desleais de comércio, as medidas de salvaguardas dirigem-se contra práticas leais, mas que de alguma forma atingem o mercado econômico interno do país importador. Também conhecidas como “cláusulas de escape”, sua existência é atribuída à necessidade de contornar situações emergenciais, decorrentes do próprio processo de liberalização mundial do comércio.³¹ Neste contexto, elas se prestam a conceder um prazo para que as indústrias nacionais afetadas pelo aumento nas importações de determinado produto possam se ajustar às novas condições de concorrência.³²

As medidas de salvaguardas variam de acordo com os setores e produtos às quais são aplicadas.³³ O Acordo sobre Salvaguardas (ASG), negociado na Rodada Uruguai e em vigor desde 1º de janeiro de 1995, disciplina as chamadas salvaguardas gerais, previstas no art. XIX do GATT 1994, que se aplicam a todos os produtos industriais, além dos têxteis e agropecuários já integrados ao GATT. Outros produtos são objeto de salvaguardas específicas. É o caso dos produtos têxteis e vestuários, abrangidos pelo mecanismo de salvaguardas transitórias previstas no Acordo sobre Têxteis e Vestuários da OMC, e também dos produtos agropecuários submetidos às salvaguardas especiais do Acordo sobre Agricultura.³⁴ Aqui serão abordadas especificamente as salvaguardas gerais, pois a complexidade dos temas em que as salvaguardas transitórias e específicas se inserem exigem que sua análise se dê dentro do contexto dos acordos que as estabelecem.

O ASG trouxe uma série de inovações em matéria de medidas de salvaguardas e tem por objetivos principais o estímulo do ajuste estrutural das indústrias nacionais afetadas pela liberalização do comércio e a extinção das chamadas “áreas cinzentas”,³⁵ que consistiam em práticas obscuras utilizadas pelos países com base nas disposições do art. XIX do GATT.³⁶

As medidas podem ser aplicadas por um Membro sobre um produto específico se for determinado que o mesmo está sendo importado para seu território em quantidades crescentes, em termos absolutos ou relativos, de forma a causar ou ameaçar causar grave prejuízo à indústria doméstica.³⁷ Para que a medida de salvaguarda possa ser aplicada por um Membro, é necessária a realização de uma investigação, conforme previsto no ASG. A investigação deve verificar se houve o aumento das importações, prejuízo ou ameaça de prejuízo à indústria nacional, além de umnexo causal entre ambos.

Desde a entrada em vigor do ASG, houve uma construção jurisprudencial por parte do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC sobre pontos considerados obscuros no Acordo. É o caso, por exemplo, das condições em que se opera o aumento das importações. O entendimento do Órgão de Apelação (OAp) vem se consolidando no sentido de que a autoridade competente deve demonstrar, como questão de fato, que a evolução das circunstâncias do art. XIX.1 do GATT tenha sido inesperada. Quer dizer, tal evolução não poderia ser prevista ou esperada quando o Membro importador contraiu a obrigação de reduzir tarifas.³⁸

Realizada a investigação e constatada a presença dos requisitos necessários, o país importador pode aplicar a medida de salvaguarda, no limite necessário para prevenir ou remediar o grave prejuízo e para facilitar o ajuste da indústria afetada.³⁹ Se as circunstâncias forem críticas, e o atraso puder causar dano de difícil reparo, o país importador pode tomar medidas provisórias. Estas são impostas de acordo com uma determinação preliminar da existência de evidências claras de que o aumento de importações tenha causado ou possa causar grave prejuízo, e devem tomar a forma de um aumento de tarifas.⁴⁰

Dispõe também o ASG que o país importador deve aplicar as medidas de

solucionar problemas com a balança de pagamentos (arts. XII e XVII.b); f) as medidas de proteção das indústrias nascentes. Cf. Brogini, 2002, p. 251.

³⁰ Brogini, 2002, p. 252.

³¹ Entendia-se que as salvaguardas eram necessárias para proteger os países contra dificuldades econômicas não previstas que poderiam advir da liberalização comercial. A existência de tal dispositivo serviria então como um incentivo à generalização da redução de tarifas. Além disso, entendia-se que a flexibilidade proporcionada por tal instituto aumentaria a estabilidade do sistema multilateral de comércio em longo prazo. Cf. Trebilcock & Howse, 1999, p. 227.

³² Barral, 2000, p. 140.

³³ De acordo com Gilvan Brogini, isso decorre do fato de que as normas da OMC invariavelmente refletem os interesses dos países que têm maior peso nas negociações. Cf. Brogini, 2002, p. 252.

³⁴ Há ainda um mecanismo semelhante aplicado ao comércio de serviços, denominado salvaguarda urgente (art. X do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS).

³⁵ Gray area measures.

³⁶ Tais medidas constituíam verdadeiras imposições, especialmente por parte dos países desenvolvidos, aos países exportadores, como forma de limitar as importações de um produto específico sem ter que se submeter ao ônus da aplicação das medidas de salvaguardas comuns. Os mais famosos mecanismos neste sentido eram os Acordos de restrição à exportação (ERAs – export restraint agreements) e as restrições voluntárias à exportação (VERs – voluntary export restraints). Cf. Macedo, 2003, p. 126.

³⁷ Art. II do ASG.

³⁸ Entendimento proferido nos casos Argentina–calçados (WT/DS121/AB/R/91) e Coréia do Sul–produtos lácteos (WT/DS98/AB/R/84).

³⁹ Art. V.1 do ASG.

⁴⁰ Art. VI do ASG.

⁴¹ Art. VII.1 do ASG.

⁴² Art. VII.2 do ASG.

⁴³ Art. VII.3 do ASG.

⁴⁴ Art. IX.2 do ASG.

⁴⁵ Art. IX.1 do ASG.

⁴⁶ Os outros princípios seriam os da objetividade, da ampla defesa, da transparência, da publicidade e da proporcionalidade. Estes princípios corresponderiam aos elementos

salvaguardas apenas durante o tempo necessário para prevenir ou remediar o grave prejuízo e facilitar o ajuste.⁴¹ Tal período, entretanto, não deve exceder quatro anos, podendo ser estendido uma vez por igual período,⁴² num total de oito anos.⁴³ A exceção fica por conta dos países em desenvolvimento, que têm o direito de prorrogar o período de aplicação de medidas de salvaguardas por um prazo adicional de até dois anos além dos oito já permitidos.⁴⁴

Os países em desenvolvimento também têm tratamento diferenciado no que tange à impossibilidade de imposição de medidas de salvaguardas contra seus produtos, quando a parcela que lhe corresponda nas importações do produto considerado não for superior a 3%.⁴⁵

Alguns princípios fundamentais regem a aplicação das medidas de salvaguardas, e entre eles estão o da não-seletividade e o da compensação.⁴⁶ O primeiro decorre da cláusula basilar da nação mais favorecida, e impõe a aplicação da medida de salvaguarda de forma generalizada contra todos os países exportadores do produto afetado, independentemente da origem do mesmo.⁴⁷ Este é, provavelmente, o ponto que gera maior controvérsia em relação às medidas de salvaguardas. Ele causa tensões políticas grandes, pois as medidas acabam sendo aplicadas, muitas vezes, sobre países em relação aos quais não interessa ao país importador se indispor.

O princípio da compensação expresso no art. VIII do ASG estabelece que a aplicação de medidas de salvaguardas deve ser acompanhada por concessões feitas pelo país importador, de forma a manter substancialmente um nível equivalente das obrigações contraídas no âmbito do GATT 1994, em relação aos países exportadores atingidos pelas medidas. Tal princípio se justifica pelo fato das medidas em questão se voltarem contra um comércio considerado leal, o que gera a necessidade de compensar os países atingidos pela restrição de alguma forma. A maneira como a compensação é feita depende das negociações realizadas entre as partes interessadas, e normalmente toma a forma de concessões comerciais feitas pelo país que aplica a medida.

O ASG criou também o Comitê de Salvaguardas,⁴⁸ submetido ao Conselho para o Comércio de Bens da OMC, que tem por funções, entre outras, receber as diversas notificações dos Membros sobre seus procedimentos em matéria de salvaguardas, fiscalizar o cumprimento das normas do ASG, além de auxiliar nas negociações referentes às formas de compensação.

De maneira geral, entende-se que o ASG representou um grande avanço no tema das medidas de salvaguardas, principalmente por definir regras claras quanto ao limite de tempo em que as medidas podem ser aplicadas, sobre a aplicação do princípio da não-seletividade, além de regular as áreas cinzentas e melhorar o sistema multilateral de notificação e vigilância de medidas de salvaguardas.

Em comparação com as demais medidas de defesa comercial – direitos antidumping e medidas compensatórias – as medidas de salvaguardas foram aplicadas de maneira mais restrita ao longo da história do GATT e da OMC.⁴⁹ Isto é explicado pelo fato de que a aplicação destas medidas exige que o país importador negocie concessões com os países afetados, o que não ocorre com as outras medidas de defesa comercial.⁵⁰ Além disso, a aplicação do princípio da não-seletividade cria uma tensão política inerente ao instituto das medidas de salvaguardas. Isto ocorre porque tal princípio impede, ao menos em tese, a diferenciação dos produtos originados de países economicamente mais fortes, em relação aos quais a aplicação das medidas de salvaguardas pode gerar problemas políticos.⁵¹

A existência de critérios rígidos para a imposição destas medidas e a sua repercussão dificultam o uso generalizado. Se por um lado isto diminui a possibilidade de utilização das salvaguardas gerais com intuito protecionista, por outro incentiva a adoção de medidas não previstas no acordo e torna mais atraentes outras medidas de defesa comercial que permitem a seletividade.⁵²

exigidos pela Conferência Ministerial de 1982 para que um acordo sobre o tema fosse concluído. Cf. Jackson, 2000, p. 210.

⁴⁷ Existem duas exceções principais ao princípio da não-seletividade: o tratamento mais favorável concedido aos países em desenvolvimento pelo art. IX.1 do ASG, e sua não aplicação em relação a países membros de acordo comercial regional, conforme as garantias previstas no art. XXIV.8 do GATT 1994. Neste último caso, a aplicação do princípio ainda é controversa, não existindo ainda entendimento sobre se um membro de uma união aduaneira ou uma zona de livre comércio pode deixar de aplicar medidas de salvaguardas contra importações de seus parceiros comerciais. Cf. Brogini, 2002, p. 258.

⁴⁸ Art. XIII do ASG.

⁴⁹ Até hoje, os maiores usuários das medidas de salvaguardas são Índia e Estados Unidos, que de 1995 a 2002 iniciaram, respectivamente, 12 e 10 investigações para a imposição de tais medidas. Cf. Bacchetta & Jansen, 2003, p. 50.

⁵⁰ Barral, 2000, p. 143.

⁵¹ Barral, 2000, p. 143.

⁵² Trebilcock & Howse, 1999, p. 229.

⁵³ Também conhecida como “Rodada do Desenvolvimento”.

⁵⁴ WT/MIN(01)/DEC/1.

⁵⁵ TN/RL/6.

⁵⁶ Brogini, 2002, p. 268.

⁵⁷ TN/CTD/W/3/Rev.2.

⁵⁸ G/SG/64.

⁵⁹ TN/RL/6.

⁶⁰ No relatório feito pelo Presidente do CNR para o CNC (TN/RL/6) consta uma lista das manifestações feitas por participantes do grupo em relação aos assuntos de competência do mesmo.

⁶¹ G/SCM/W/462; TN/RL/W/5; TN/RL/W/19; TN/RL/W/104.

⁶² G/SCM/W/464; TN/RL/W/4.

⁶³ TN/RL/W/41/Rev.1.

⁶⁴ TN/RL/W/78; TN/RL/W/35; TN/RL/W/72.

⁶⁵ TN/RL/W/30.

⁶⁶ Draft Cancun Ministerial Text. Job(03)/150/Rev.1. 24 Ag 2003.

⁶⁷ Cancun Update. August 2003.

⁶⁸ Diário Pontes. 11 de setembro de 2003.

⁶⁹ Diário Pontes. 12 de setembro de 2003.

⁷⁰ Draft Cancun Ministerial Text. WTO. Job(03)/150/Rev.2.

⁷¹ Draft Ministerial Statement. WTO. WT/MIN(03)/W/24. ¶ 5.

⁷² TN/RL/8.

⁷³ TN/RL/M/12 e TN/RL/M/13.

4 A QUINTA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC - CANCÚN

A Conferência Ministerial de Doha, realizada no Qatar, em 2001, deu início a uma nova rodada de negociações no âmbito da OMC, denominada Rodada Doha.⁵³ Apesar de estar previsto que esta será encerrada em 1º de janeiro de 2005, há hoje sérias dúvidas sobre a possibilidade de cumprir este prazo. Durante a Conferência foi elaborada uma Declaração Ministerial,⁵⁴ na qual consta um Programa de Trabalho para orientação das negociações entre os Membros, além da previsão de uma nova Conferência Ministerial a ser realizada em Cancún, no México, em setembro de 2003.

De acordo como o¶ 28 da Declaração, as negociações em torno do ASMC devem ter por objetivo esclarecer e melhorar suas disposições, preservando seus conceitos básicos, seus princípios e sua efetividade. Também devem levar em consideração as necessidades dos países menos desenvolvidos, sendo divididas em duas etapas. Na fase inicial das negociações, os participantes precisam indicar as regras que eles pretendem ver esclarecidas e melhoradas na segunda fase, para depois passar à procura de soluções. O prazo final é 1º de janeiro de 2005, quando todos os resultados desta rodada de negociações, com exceção dos relativos ao Sistema de Solução de Controvérsias, serão objeto do *single undertaking*.

Este mesmo parágrafo ressalta que no contexto das negociações os participantes devem também visar o esclarecimento e a melhora da disciplina dos subsídios sobre a pesca, dada a importância deste setor para os países em desenvolvimento.

Para conduzir as negociações entre os Membros sobre esses temas foi criado o Comitê Negociador de Regras (CNR), que cuida também das normas sobre acordos regionais. Ao contrário dos demais Comitês de negociação, este não tem prazos intermediários para conclusão de seus trabalhos, que serão objeto do *single undertaking* em 1º de janeiro de 2005, precisando apenas relatar seus progressos na Conferência de Cancún.

Até as vésperas desta reunião, ainda não havia sido possível consolidar uma lista de pontos a serem esclarecidos ou melhorados que pudesse ser objeto de consenso. Em meados de julho de 2003 o Presidente do CNR relatou ao Comitê de Negociações Comerciais (CNC) que o grupo precisaria acelerar seus trabalhos após a Conferência em Cancún, e que seria preciso mudar a ênfase antes dada na identificação de problemas para a procura de soluções para os mesmos.⁵⁵

4.1 PROPOSTAS

As medidas de salvaguardas submetidas ao ASG não têm sido objeto de discussão e sequer foram mencionadas na Declaração Ministerial de Doha. Tal fato demonstraria um nível de satisfação geral com o Acordo.⁵⁶ Todavia, um ponto que pode afetar os dispositivos do ASG de maneira incidental é o relativo à tônica dada na Declaração de Doha ao tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos. O Programa de Trabalho ali estabelecido deverá, ao menos em tese, levar em consideração a situação e os interesses dos mesmos, o que poderá refletir nas disposições do ASG que cuidam dos países em desenvolvimento.

Foi apresentada uma proposta sobre medidas de salvaguardas pelo Grupo Africano, relacionada à aplicação dos parágrafos 1 e 2 do Art. 9 do ASG.⁵⁷ Com ela estes países propõem: (i) proibir a imposição de medidas de salvaguardas sobre produtos oriundos de Membros em desenvolvimento que não excedam 3% das importações do país importador; (ii) o direito de um Membro em desenvolvimento estender medidas de salvaguardas por um período adicional de dois anos e adotar novas medidas de salvaguardas sobre produtos já atingidos por medidas anteriores.

A proposta aumenta o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento já previsto no Art. 9, 1 e 2 do ASG, na medida em que retira limitações

⁷⁴ TN/RL/8.

⁷⁵ Na Conferência Ministerial de Seattle, em 1999, o Brasil já defendia a manutenção e a ampliação do tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento, além de uma maior especificidade das regras sobre a investigação dos subsídios e a revisão da lista de subsídios às exportações. Cf. Cherem, 2002, p. 241-242.

⁷⁶ De acordo como o Departamento de Defesa Comercial (DECOM/2002), estão em vigor atualmente no Brasil 56 direitos antidumping e apenas 2 medidas de salvaguardas. Estas incidem sobre brinquedos (adicional da Tarifa Externa Comum) e côco ralado (restrição quantitativa).

⁷⁷ Diário Pontes. 11 de setembro de 2003.

ali previstas, resultando na não-aplicação da regra de cumulação do Art. 9.1 e na extensão quase automática de medidas de salvaguardas por parte de países em desenvolvimento.

Ela foi discutida no âmbito do Comitê de Salvaguardas,⁵⁸ e o resultado indica que não há um consenso sobre a mesma. Se em relação à proposta sobre o Art. 9.1, apesar de não se ter chegado a um acordo, houve uma certa aceitação, em relação à do Art. 9.2 não existiu qualquer apoio explícito.

As negociações em torno do ASMC devem se revelar mais complicadas, pois apesar do Plano de Trabalho prever a manutenção dos conceitos básicos e dos princípios do Acordo, existe entre os Membros discordância quanto a pontos básicos. Isto é demonstrado pela diversidade de temas levantados nas propostas feitas e na diferença entre as abordagens e prioridades das propostas de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

De acordo com informações do CNR, até o início de julho de 2003 aproximadamente vinte e quatro Membros, individual ou conjuntamente, identificaram questões a serem negociadas em relação ao ASMC,⁵⁹ totalizando aproximadamente vinte propostas ou comentários sobre propostas. Destas, quase a metade está relacionada à melhora e ao esclarecimento da Parte V do Acordo, que cuida das medidas compensatórias, enquanto a outra metade foca o tema dos subsídios: definição de subsídio, subsídios à exportação, subsídios proibidos, notificação de subsídios, tratamento especial e diferenciado, subsídios e meio-ambiente, e o cálculo do montante do subsídio.⁶⁰

O Brasil apresentou várias propostas relativas ao ASMC,⁶¹ tanto sobre subsídios como sobre medidas compensatórias. Em relação às medidas compensatórias, as propostas versam em sua maior parte sobre questões procedimentais na investigação para imposição das mesmas. Têm por objetivo geral esclarecer e melhorar os dispositivos do Acordo para impedir sua utilização com intuito protecionista, e também promover uma maior padronização nos procedimentos adotados pelos Membros. O Brasil também propõe um maior paralelismo entre os dispositivos sobre investigação do ASMC com os do Acordo Antidumping, pois entende que este é mais detalhado e que não há razão concreta para tal diversidade de tratamento.

De maneira geral, as propostas brasileiras podem ser divididas em cinco tópicos: Art. 14; fatos disponíveis; *de minimis*; procedimentos de revisão; e definição de indústria doméstica e análise de dano. Algumas delas refletem os interesses não só do país, mas também os de outros países em desenvolvimento, como a adequação da interpretação do Art.19, sobre a imposição de medidas compensatórias, com o Art. 11.9, que determina o término imediato das investigações se o valor do subsídio for considerado *de minimis*, ou seja, inferior a 1% *ad valorem*.

A Índia também apresentou diversas propostas⁶² em relação ao ASMC, em sua maior parte relacionadas com os procedimentos de investigação para imposição de medidas compensatórias. As principais são a introdução de regras gerais adicionais no Art. 14, para garantir maior previsibilidade e harmonização nos métodos utilizados pelos membros para calcular o valor dos subsídios, e o aumento do nível *ad valorem* dos subsídios para serem considerados *de minimis* numa porcentagem maior que 3%. O país ressalta ainda a necessidade dos países em desenvolvimento e dos menos desenvolvidos de utilizar os subsídios como instrumento para políticas públicas de promoção do desenvolvimento.

Este ponto específico também foi levantado pela Venezuela e por Cuba, cuja proposta se prende às justificativas políticas e econômicas que embasam a possibilidade de utilização dos subsídios pelos países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos. Estes países propõem a discussão pelos Membros da reintrodução do conceito de subsídios não-acionáveis no ASMC.⁶³

Se as propostas dos países em desenvolvimento concentram-se principalmente no procedimento de investigação para imposição de medidas compensatórias e no tratamento especial e diferenciado para permitir o uso dos subsídios para promover o

desenvolvimento, as propostas dos países desenvolvidos versam em sua maior parte sobre os próprios subsídios e a possibilidade de sua utilização, além da questão da ineficácia do sistema de notificações de subsídios.

Os EUA se manifestaram diversas vezes,⁶⁴ e sua principal proposta refere-se à extensão do conceito de subsídio proibido para abarcar subsídios que gerem efeitos tão danosos quanto os causados pelos subsídios às exportações e pelos subsídios para substituição das importações, como as ações contidas no Art. 6.1 do ASMC. Também propõem uma maior discussão sobre subsídios indiretos, relativos ou “disfarçados” de políticas públicas. Outras propostas foram feitas, principalmente sobre questões procedimentais e a necessidade de melhorar o cumprimento da obrigação de notificar, com a criação de uma pena para a não-notificação. Com relação aos países em desenvolvimento e aos menos desenvolvidos, mencionam a que é preciso proporcionar assistência técnica para que estes países possam cumprir com as obrigações previstas no ASMC, e de reduzir os custos das investigações para imposição das medidas compensatórias, principalmente para beneficiá-los.

A União Européia também baseia a maior parte de suas propostas na área dos subsídios em si.⁶⁵ Indica a necessidade de alterar o sistema atual de classificação dos subsídios, o esclarecimento do conceito de subsídio no que tange aos subsídios disfarçados e às empresas controladas pelos Estados. Assim como os EUA, ressalta que se impõe a criação de regras de notificação mais eficazes e propõe também a criação de penas para a não-notificação e a notificação parcial. De qualquer forma, reconhece que certos tipos de subsídios podem contribuir para o desenvolvimento, e se diz disposta a considerar um pacote de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento desde que por um período limitado e sob circunstâncias específicas. No que tange às medidas compensatórias, propõe basicamente uma maior rigidez nas regras sobre o assunto, além da redução nos custos das investigações.

4.2 AS NEGOCIAÇÕES DURANTE A CONFERÊNCIA DE CANCÚN

Em 24 de agosto de 2003, pouco menos de um mês antes do início das negociações em Cancún, o Presidente do Conselho Geral da OMC, embaixador Carlos Pérez del Castillo, enviou aos Membros um Texto Ministerial provisório,⁶⁶ com sete anexos, para servir como base ao início das discussões. Deve-se ressaltar que este foi enviado não como um texto acordado ou que refletisse todas as posições, mas à responsabilidade pessoal do embaixador, como uma tentativa de fazer as negociações deslancharem.

Desde o primeiro dia – a Conferência foi de 10 a 14 de setembro – ficou claro o que todos já sabiam: os Membros estavam em desacordo sobre praticamente todos os temas da agenda. Mas esta discordância se deu principalmente em relação à agricultura e aos subsídios agrícolas, à questão de acesso aos mercados não agrícolas, e à decisão de avançar ou não nas negociações relativas aos chamados “temas de Singapura”, que englobam investimentos, concorrência, transparência nas compras governamentais e facilitação do comércio.

A reunião foi dirigida pelo Ministro de Relações Exteriores do México, Luiz Ernesto Derbez, que nomeou “facilitadores” como assistentes para dirigir as negociações nos cinco Grupos de Trabalho acordados entre os Membros: (i) Agricultura – George Yeo Yong-Bom, de Singapura; (ii) Acesso aos mercados não-agrícolas – Henry Tang Ying-Yen, de Hong Kong; (iii) Desenvolvimento – Mukhisa Kituyi, do Quênia; (iv) Temas de Singapura – Pierre Pettigrew, do Canadá; (v) Questões Diversas – Clement Rohee, da Guiana.

De uma forma geral, mesmo antes do início da reunião a maioria dos negociadores não acreditava que o tema sobre regras da OMC, incluindo defesa comercial, fosse objeto de muita atenção na Quinta Conferência Ministerial.⁶⁷ Esta previsão acabou se

concretizando, já que a questão das regras de defesa comercial sequer chegou a ser mencionada durante as negociações.

O tema das regras sobre defesa comercial era de competência do Grupo de Questões Diversas, que deveria abranger todas as questões contidas no esboço do Texto Ministerial não discutidas pelos quatro grupos restantes. Este grupo ficou conhecido como o “grupo do cemitério”, devido às fracas expectativas de interesse nestes temas.⁶⁸ Um efeito desta baixa expectativa está no número reduzido de Membros participantes, aproximadamente 25.⁶⁹

No penúltimo dia da Conferência, 13 de setembro, foi divulgado um novo esboço do Texto Ministerial,⁷⁰ que incorporava os avanços obtidos nas negociações até aquele momento. Em relação às regras sobre defesa comercial, o conteúdo deste Texto é similar ao anteriormente veiculado. O parágrafo 7 instrui o CNR a acelerar seus trabalhos sobre antidumping, subsídios e medidas compensatórias, incluindo os subsídios sob a pesca, redirecionando a ênfase da identificação das questões a serem esclarecidas ou melhoradas para a busca de soluções que possam ser aceitas pelos Membros da OMC.

Em seu último dia, a Conferência Ministerial de Cancún terminou cedo e de forma abrupta, sem que houvesse consenso sobre qualquer um dos itens de sua agenda e com muitas divisões entre os Membros, especialmente no que tange à agricultura e ao lançamento de negociações nos temas de Singapura.

Ao final foi adotada uma Declaração Ministerial modesta, de apenas seis parágrafos. Nela, os Membros declaram que, apesar de terem trabalhado muito e de forma construtiva, e de ter ocorrido um considerável progresso nas negociações, ainda existe ainda muito a ser feito. Por isso, instruem para que esse trabalho seja levado adiante, “levando em consideração todos os valiosos trabalhos realizados nesta Conferência. Nas áreas onde nós alcançamos um alto nível de convergência nos textos, nós garantimos a manutenção dessa convergência enquanto trabalhamos para um resultado geral aceitável.”⁷¹ O texto prevê ainda a realização de um encontro do Conselho Geral até 15 de dezembro de 2003 para que sejam tomadas as medidas necessárias.

O CNR não se reuniu mais durante o ano de 2003, voltando a se encontrar apenas em fevereiro de 2004⁷², e depois nos meses de março e abril do mesmo ano⁷³. Neste período, pouca coisa foi feita. Em seu relatório para o CNC em abril de 2004⁷⁴, o embaixador mexicano Eduardo Pérez Mota, atual Presidente do CNR, registrou progressos no tema de acordos regionais, e apontou que a forma de trabalho adotada será informal, e deverá focar as propostas detalhadas apresentadas pelos membros. Até o início de junho de 2004, foram submetidos ao CNR cerca de 158 trabalhos relacionados aos temas de sua competência. Vale ressaltar que após a Conferência de Cancún, não foi apresentada nenhuma nova proposta relacionada ao tema de medidas de salvaguarda ou de medidas compensatórias.

4.3 O IMPACTO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE OS INTERESSES BRASILEIROS

As regras sobre medidas de defesa comercial constituem um tema relevante para os interesses brasileiros. Desde o início do processo de abertura de seu mercado, ocorrido durante o governo Collor, os produtos brasileiros não apenas foram freqüentemente atingidos por medidas de defesa comercial, como também o País acabou se tornando um grande usuário das mesmas.

Tal relevância é confirmada pela participação ativa dos negociadores brasileiros, que apresentaram diversas propostas no CNR, tanto sobre subsídios como sobre medidas compensatórias, no período que antecedeu a realização da reunião em Cancún.

Uma questão essencial para o Brasil é a relativa ao uso de subsídios como instrumento legítimo de promoção do desenvolvimento econômico pelos países em desenvolvimento, abrangendo a prática de políticas de crescimento regional e de

investimento na tecnologia como subsídios não acionáveis. Pelo teor das diversas propostas feitas, é possível dizer que o País deve ter o apoio de outros países em desenvolvimento na negociação deste aspecto.

Outra questão de interesse para o País é o aperfeiçoamento da investigação para a imposição de medidas compensatórias e da avaliação do *quantum* imposto nas medidas compensatórias,⁷⁵ conforme demonstram as propostas por ele feitas.

Por outro lado, a posição dos países desenvolvidos, que pretendem enrijecer o tratamento dos subsídios, demonstra a dificuldade de se chegar a um acordo, o que põe em perigo as negociações sobre o ASMC.

Em relação ao ASG não há acordo sobre o teor da única proposta apresentada sobre o tema, de autoria do Grupo Africano. Não há também proposta brasileira sobre o assunto, o que revela a falta de interesse do país sobre o mesmo.⁷⁶ Assim, se no curso das negociações ocorrer alguma modificação, esta não deverá causar maior impacto sobre a economia brasileira.

Apesar de existir um efetivo interesse brasileiro sobre o tema da defesa comercial, durante a Quinta Conferência Ministerial este tema foi deixado de lado em função da ênfase que a delegação brasileira deu às questões sobre agricultura e subsídios agrícolas. Conforme já foi apontado, o assunto sequer foi levantado no Grupo de Questões Diversas, apesar de ter havido oportunidade para tanto. O próprio Diretor Geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, declarou que deveria ser feito um esforço para que as consultas em relação aos temas a serem incluídos no referido grupo levassem em consideração as preocupações dos diferentes Membros, e não tanto os temas determinados pelo Presidente do Grupo de Questões Diversas.⁷⁷

Não há como negar a importância da agricultura para a economia brasileira. Entretanto, as negociações multilaterais em curso na OMC abrangem diversos outros temas que podem produzir impactos imensos tanto sobre a ordem jurídica como sobre a ordem econômica do país. Tal fato parece escapar às autoridades envolvidas nas negociações e à própria população, o que é demonstrado pela escassez de avaliações sobre tais impactos.

Além disso, o Brasil é competitivo em outros setores, que enfrentam diversos tipos de barreiras, tarifárias e não tarifárias, consubstanciadas inclusive na forma de medidas compensatórias e medidas de salvaguardas. É importante para a economia nacional que o país se envolva de forma mais efetiva nas negociações sobre este tema nesta reta final da Rodada Doha. Apesar de existirem dúvidas sobre a viabilidade da mesma encerrar-se em 1º de janeiro de 2005, como previsto, é preciso ter em mente que, qualquer que seja o resultado, ele será objeto do *single undertaking*.

5 CONCLUSÃO

O processo de liberalização mundial do comércio aumentou a importância das medidas de defesa comercial como instrumentos de proteção dos mercados nacionais, quando estão sendo ou podem ser prejudicados pelo aumento de importações.

No que tange aos subsídios e às medidas compensatórias, muitas propostas foram feitas. A diversidade de abordagens e de prioridades apresentadas nestas propostas, principalmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, indica a inexistência de qualquer tipo de convergência de opiniões sobre o ASMC até o momento.

Em relação às medidas de salvaguardas, a única proposta feita aparentemente não deve render frutos, já que ainda nas discussões promovidas pelo Comitê de Salvaguardas não se chegou a um acordo.

Os interesses brasileiros são diferentes em um e outro tipo de medida. Em relação às medidas compensatórias, o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, interessa-se em uma maior abertura dos mercados dos países desenvolvidos, que muitas vezes utilizam as medidas compensatórias como um empecilho às importações, protegendo

assim seus mercados. Estes interesses centram-se na possibilidade de utilização dos subsídios como instrumentos legítimos para o fomento de políticas de crescimento regional e de investimento na tecnologia, além do aperfeiçoamento da investigação sobre a concessão de subsídios, de forma a impedir que as medidas compensatórias sejam aplicadas indiscriminadamente.

Quanto às medidas de salvaguardas, não há muito interesse em promover alterações legais na regulamentação do tema, assim como não existe um interesse maior por parte do Brasil em discutir o assunto.

Um número considerável de propostas, questões e comentários foram apresentados pelos Membros perante o CNR no período que antecedeu a Conferência de Cancún. Todavia, o tema das regras de defesa comercial sequer chegou a ser discutido durante os cinco dias de negociações. A proeminência dada a outros temas, principalmente os subsídios agrícolas e os temas de Singapura, criaram um impasse que impediu que as conversações avançassem para outras áreas. E, após o fiasco de Cancún, tal tema parece ter sido relegado ao esquecimento, na medida que o CNR voltou a se reunir apenas em fevereiro de 2004, e desde então não houve qualquer nova proposta ou discussão sobre as medidas de salvaguarda ou as medidas compensatórias.

Apesar de existirem dúvidas sobre a viabilidade de concluir a Rodada Doha até 1º de janeiro de 2005, como programado, as negociações devem prosseguir. Neste ínterim, é preciso ter em mente que o Brasil é competitivo em outros setores, que enfrentam diversos tipos de barreiras, tarifárias e não tarifárias, consubstanciadas inclusive na forma de medidas de defesa comercial. Por isso, é preciso que o País se envolva nas negociações sobre este tema, que exerce um efeito significativo na economia nacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BACCHETA, Marc. JANSEN, Marion. Adjusting to trade liberalization – the role of Policy Institution and WTO disciplines. **Special Studies 7**. World Trade Organization. April 2003. Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acessado em 24.6.2003.

BARRAL, Welber. Subsídios e Medidas Compensatórias na OMC. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Org). **Guerra Comercial ou integração pelo comércio?** São Paulo: Ltr, 1998. p. 371-382.

_____. **Dumping e Comércio Internacional: a regulamentação antidumping após a Rodada Uruguai**. São Paulo: Forense, 2000.

BROGINI, Gilvan. **Medidas de Salvaguarda e Uniões Aduaneiras**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

_____. Medidas de Salvaguarda. In: BARRAL, Welber (Org). **O Brasil e a OMC**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2002. p. 233-249.

CARDOSO, Oscar Valente. Medidas Compensatórias. In: BARRAL, Welber (Org). **Negociações Comerciais Multilaterais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 107-121.

CHEREM, Giselda da Silveira. Subsídios. In: BARRAL, Welber (Org). **O Brasil e a OMC**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2002. p. 233-249.

DIÁRIO PONTES

– Informações da 5ª Conferência Ministerial da OMC – Cancún. 10, 11, 12, 13, 14 e 15 de Setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.ictsd.org>>. Acessado em: 15/9/03.

DOHA ROUND BRIEFING SERIES – Cancun Updates. August 2003. v.2, n.7. Disponível em: <<http://www.ictsd.org>>. Acessado em 15/9/03.

JACKSON, John.

The World Trading System. 2 ed. Cambridge. MIT, 2000.

MACEDO, Leonardo Andrade. Medidas de Salvaguarda.

In: BARRAL, Welber (Org).

Negociações Comerciais Multilaterais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 123-138.

THORSTENSEN, Vera. **Commercial Defense Policy and its Instrument.** Washington. Inter-American Development Bank, 1995.

_____. **OMC – Organização Mundial do Comércio – as regras e a Rodada do Milênio.** 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

TREBILCOCK, Michael. HOWSE, Robert. **The Regulation of International Trade.** 2 ed. London: Routners, 1999.

WTO. **Trading into the future.** 2 ed. March 2001. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acessado em 24.6.2003.

_____. (Doha) Ministerial Declaration WT/MIN/1/DEC/01. 14 Nov 2001. Acessado em: 15.7.2003.

_____. Draft Cancun Ministerial Text (JOB(03)/150/Rev.1). 24 Ag 2003. Acessado em: 26.8.2003.

_____. Draft Cancun Ministerial Text – Second Revision (JOB(03)/150/Rev.2) 13 Sep 2003. Acessado em: 16.9.03.

_____. Draft Ministerial Statement. WT/MIN(03)/W/24. 14 Sep 2003. Acessado em: 16.9.2003.

_____. TN/RL/6. Negotiation Group on Rules. Report by the Chairman to the Trade Negotiations Committee. 2 July 2003. Acessado em: 12.08.2003.

_____. TN/RL/W/4. Submission by India. 25 April 2002. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/5. Paper by Brazil. 26 April 2002. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/19. Paper by Brazil. 7 October 2002. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/35. Submission by the United States. 3 December 2002. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/41/Rev.1. Proposal by Venezuela and Cuba. 10 March 2003. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/72. Submission by the United States. 19 march 2003. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/78. Communication from the United States. 19 March 2003. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/W/104. Communication from Brazil, Chile, Costa Rica, Hong Kong, China, Japan, Korea, Norway, Switzerland, Thailand and Turkey. Acessado em: 13.8.2003.

_____. TN/RL/8. Report by the Chairman to the Trade Negotiation Committee. 8 April 2004. Acessado em: 5.6.2004.

_____. TN/RL/M/13. Summary Report of the Meeting held on 11 march 2004. Acessado em: 5.6.2004

_____. TN/RL/M/12. Summary Report of the Meeting held on 16 march 2004. Acessado em: 5.6.2004

_____. TN/CTD/W/3/Rev.2. Joint Communication from the African Group in the WTO. 17 July 2002. Acessado em: 13.8.2003.

_____. G/SG/64. Report to the General Council concerning the review by the Safeguards Committee of the African Group's S&D proposal on the Article 9 of the Safeguards Agreement. 28 July 2003. Acessado em: 13.8.2003.

_____. G/SCM/W/462. Communication from India. 3 August 2001. Acessado em: 13.8.2003.

_____. G/SCM/W/464. Communication from Brazil. 11 August 2001. Acessado em: 13.8.2003.